

Reunião de líderes partidários com Renan, Aldo, presidentes das CPIs e do Conselho de Ética da Câmara define o funcionamento do Legislativo

Convocação ou recesso? Decisão sai hoje

O Congresso decide hoje se encerra as atividades na quinta-feira, como prevê a Constituição, ou se continua suas atividades por meio de autoconvocação. Em entrevista ontem, o presidente do Senado, Renan Calheiros, confirmou uma reunião dele com os presidentes

da Câmara, Aldo Rebelo, das comissões parlamentares de inquérito (CPIs) e do Conselho de Ética da Câmara, além dos líderes partidários. Em discurso no Plenário, o senador Pedro Simon fez um apelo para que as atividades sejam mantidas até a conclusão dos trabalhos das CPIs

e a votação do Orçamento para 2006. O relator da proposta, Carlito Merss, ainda acredita em decisão do Congresso antes do Natal. Hoje, a Comissão Mista de Orçamento tenta decidir sobre projetos de créditos orçamentários deste ano, que estão na pauta desde a semana passada. **Página 5**

Renan defende reforma e critica verticalização

Uma profunda reforma no sistema político, que fortaleça os partidos e permita um processo eleitoral mais ético e transparente, foi defendida ontem pelo presidente do Senado Federal, Renan Calheiros. Segundo ele, a fragilidade dos partidos e a contaminação das campanhas eleitorais pelo abuso do poder econômico ameaçam a democracia. Renan condenou a verticalização das coligações partidárias. **Página 5**



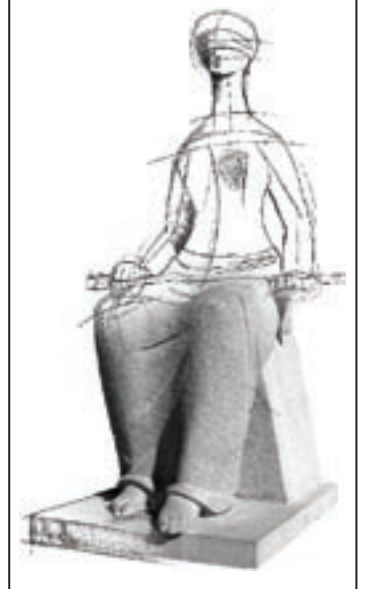
Na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, os krahôs/kanelas cobram a demarcação de suas terras

Comissão analisa novas regras para tramitação de MPs

A Comissão de Justiça deve votar amanhã proposta de emenda constitucional que muda as regras para edição e tramitação de medidas provisórias. As alterações buscam o equilíbrio nas relações entre Executivo e Legislativo. **Página 3**

A segunda etapa da reforma do Judiciário

A regulamentação da reforma do Judiciário é proposta em projetos que acompanham relatório a ser votado hoje por comissão especial. **Página 6**



CPI dos Bingos vota requerimento que convoca Palocci

Em reunião administrativa hoje, a partir de 10h30, a CPI dos Bingos deve votar vários requerimentos, entre eles o que convoca o ministro da Fazenda, Antonio Palocci. O sub-relator de Fundos de Pensão da CPI dos Correios, deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, anunciou ontem que a comissão suspeita do envolvimento de 200 instituições financeiras internacionais nas operações com os fundos investigados. **Página 4**



Fotos, maquetes e vídeos mostram os diversos programas da Marinha brasileira

Marinha faz exposição no Congresso

Em homenagem ao Dia do Marinheiro, que se comemora hoje, a Marinha do Brasil promove a exposição *Amazônia Azul*, no Salão Negro do Congresso

Nacional, até a próxima segunda-feira.

A exposição apresenta fotos, maquetes e vídeos a respeito de diversos programas da Marinha.

Índios conseguem no Congresso apoio à luta por suas terras

Os krahôs/kanelas lutam há mais de 30 anos pela demarcação de suas terras no município de Lagoa da Confusão (TO). Ontem, eles estiveram na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado. Acompanhados dos senadores Cristovam Buarque, presidente da comissão, e Paulo Paim, os índios vão hoje à Funai cumprir mais uma etapa da luta pelas terras. Paim disse que, se necessário, a comissão visitará o local do conflito. **Página 7**

Senador quer apuração de responsabilidades e deverá propor que a CAS convoque os ministros da Previdência e da Saúde

Greve de médicos autônomos em Natal preocupa Agripino

José Agripino (PFL-RN) deverá propor que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) convoque os ministros da Previdência, Nelson Machado, e da Saúde, Saraiva Felipe, para apurar responsabilidade pela greve dos médicos autônomos do Sistema Único de Saúde (SUS) em Natal (RN) que realizam cirurgias complexas.

De acordo com o senador, esses profissionais, que não são do quadro funcional do SUS, estão em greve há 32 dias porque o estado não recolhe a parte do empregador no que diz respeito à contribuição previdenciária. Os médicos pagam a contribuição do



Roosevelt Pinheiro

Agripino informa que o movimento afeta a realização de cirurgias complexas

empregado, e a parte do empregador estaria a cargo do município. O problema, disse Agripino, é que a prefeitura de Natal se recusa a pagar e considera que a responsabilidade é dos hospitais.

Tião Viana: Acre deverá eliminar hanseníase até o final de 2006

Ao discursar ontem em Plenário, o senador Tião Viana (PT-AC) afirmou que o Acre deverá eliminar a hanseníase até o final de 2006. Ele disse que, atualmente, o estado apresenta três casos da doença para cada 10 mil habitantes; na década de 70, ressaltou, havia 110 casos para cada 10 mil habitantes. Viana declarou que essa evolução é resultado da parceria – “que existe há vários anos” – entre o governo do estado, o Ministério da Saúde e organizações não-governamentais (ONGs), como o Movimento de Reintegração das Pessoas Atingi-



Roosevelt Pinheiro

Tião Viana destaca papel de parcerias entre governos estadual, federal e ONGs

das pela Hanseníase (Morhan). O senador também destacou a importância da atuação de entidades religiosas como as igrejas católica e evangélicas.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Nova Sudene na ordem do dia do Plenário

Os senadores devem discutir em sessão, às 14h, o projeto que recria a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), órgão idealizado pelo economista Celso Furtado para funcionar como uma agência de fomento ao desenvol-

vimento da região (PLC 59/04). Às 11h, os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Aldo Rebelo, reúnem-se com os relatores das CPIs e do Conselho de Ética para decidir sobre o recesso parlamentar.



Fundo de aval para o setor cacauzeiro em exame na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) se reúne às 9h30. Entre os itens da pauta, projeto que cria o Fundo de Aval para o Setor Cacauzeiro (PLS 127/03). No mesmo horário, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisa proposta para eliminar riscos de geração de compostos poluentes do meio ambiente durante a fabricação de cal (PLS 314/03) e a Comissão de Relações Exteriores (CRE) vota indicações de embaixadores.

CPI dos Bingos vota convocação de Antonio Palocci

A CPI dos Bingos vota, às 10h30, a convocação do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, para prestar esclarecimentos sobre denúncias de corrupção em Ribeirão Preto (SP). Ele havia sido convidado para depor,

mas informou que não poderia comparecer. Se a convocação de Palocci for aprovada, o ministro fica obrigado a depor na CPI, sob pena de ser processado por crime de responsabilidade.



Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo vota recriação da Sudam

A recriação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) é um dos itens da pauta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

(CDR), às 18h. A idéia dos parlamentares é votar a Sudam no Plenário junto com o projeto de recriação da Sudene, que está na ordem do dia do Plenário

CPI dos Correios investiga contratos de publicidade

A Sub-Relatoria de Contratos se reúne a partir das 14h para ouvir representantes de agências de publicidade que mantêm contratos com a administração pública: Ricardo Ramos Quirino, da Grottera, e Maurício Pinho de Santana, da Link/Bagg. Além disso, toma depoimento do ex-presidente dos Correios José Carlos Rocha Lima.



Código Florestal na CMA

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) analisa, às 10h, avisos do TCU. O colegiado examina ainda projeto que altera o Código Florestal para responsabilizar o proprietário pelo reflorestamento de áreas de preservação em terras privadas (PLS 201/03).

Bolsas de estudo para professores

Às 11h, a Comissão de Educação (CE) vota projeto que autoriza a concessão de bolsas de estudo e pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica (PLC 128/05). Outra proposta na pauta do colegiado altera a lei dos serviços de TV a cabo.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Thâmara Brasil

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Tião Viana e Mão Santa e pela senadora Iris de Araújo



fotos: Célio Azevedo
 Maior estímulo ao uso de genéricos será discutido pela Comissão de Assuntos Sociais

CAS analisa programa de emprego para quem tem mais de 45 anos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve analisar hoje, a partir das 9h30, projeto de lei do senador Paulo Paim (PT-RS) que institui o Programa Nacional de Estímulo ao Emprego de Trabalhadores Experientes (Pnete). Com redação e teor semelhante ao do programa Primeiro Emprego, a proposta tem o objetivo de criar postos de trabalho para os trabalhadores com mais de 45 anos.

Para concorrer a uma das vagas, o trabalhador deve ter experiência profissional e cadastro na unidade executora do programa, determina o projeto (PLS 126/05). O interessado não pode possuir renda própria e nem receber benefícios previdenciários ou assistenciais. O voto do relator, senador João Capiberibe (PSB-AP), é favorável à proposta, sem emendas.

Outra proposição constante da pauta afeta positivamente o trabalhador. De autoria de Alvaro Dias (PSDB-PR), o projeto altera a Lei 4.950-A para estender aos técnicos de nível médio inscritos nos conselhos regionais de Enge-

nharia, Arquitetura e Agronomia o piso salarial mínimo. O substitutivo de Marco Maciel (PFL-PE) fixa o piso dos técnicos de nível médio em R\$ 990.

Outro projeto a ser analisado (PLC 65/05), de autoria do deputado Robson Tuma (PFL-SP), altera a Lei dos Medicamentos Genéricos para tornar obrigatório que médicos e odontólogos, ao prescreverem remédios, explicitem qual é o princípio farmacológico ativo, com a Denominação Comum Brasileira (DCB) ou a Denominação Comum Internacional (DCI).

Será votada ainda pela comissão proposta de Aelton Freitas (PL-MG) que visa disciplinar a fabricação de cal, para eliminar riscos de geração de poluentes e prevenir contaminação ao meio ambiente. A relatora do PLS 314/03 na CAS, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), é favorável, nos termos do substitutivo oferecido por Delcídio Amaral (PT-MS) à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

Proprietário rural deve fazer o reflorestamento de área de proteção

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) examina hoje uma pauta com seis projetos, entre eles o de autoria do senador Gerson Camata (PMDB-ES) determinando que o proprietário de imóvel rural será obrigado a realizar o florestamento ou reflorestamento das áreas de preservação permanente.

Na justificativa do projeto (PLS 201/03), Camata alega que o Código Florestal atribui essa providência ao poder público, caso o proprietário não o faça. "Tal disposição legal vem estimulando a omissão tanto do poder público como do proprietário rural, uma vez que não obriga a nenhum", argumenta o parlamentar.

Na mesma reunião, será analisada proposta que reduz de cinco para dois anos o prazo máximo

para a manutenção de informações negativas em cadastros de consumidores. Autor da proposição (PLS 243/03), Augusto Botelho afirma que a medida contribuirá para aquecer as vendas do comércio e beneficiar toda a economia.

O senador alega que "dificultar a compra a prazo para a população brasileira, especialmente a situada nas camadas menos abastadas, pode restringir o acesso dessas pessoas até mesmo a gêneros de primeira necessidade".

– O prazo máximo de cinco anos, que o Código de Proteção e Defesa do Consumidor estabelece para a manutenção dos registros negativos contra o consumidor, é excessivo, por privar o cidadão inadimplente de sua cidadania creditícia – observa Augusto Botelho.

Proposta determina que medida provisória só terá força de lei após reconhecimento, pela comissão competente, da existência dos pressupostos de relevância e urgência

Comissão vota amanhã novas regras para tramitação de MPs

Proposta de emenda à Constituição que estabelece novas regras para a edição e tramitação de medidas provisórias (MP) será votada amanhã pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Uma das mudanças em exame determina que a MP só passará a ter força de lei depois de sua admissibilidade pela comissão competente, mediante o reconhecimento da existência dos pressupostos constitucionais de urgência e relevância.

Segundo o primeiro signatário da proposta (PEC 72/05), senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), também presidente da CCJ, as alterações sugeridas ao artigo 62 da Constituição têm o objetivo de restaurar o equilíbrio que deve existir entre o Congresso e o Executivo.

– Equilíbrio necessário até mesmo para cumprir o que estabelece o artigo 2º da Constituição em vigor, qual seja, a existência de harmonia entre os Poderes da

União – afirma ele.

Da mesma opinião compartilha o relator da matéria, senador Edison Lobão (PFL-MA), para quem o instituto da medida provisória, hoje, transforma o Parlamento brasileiro em mero coadjuvante da ação governamental. No parecer favorável à PEC, Lobão diz que essa interferência do Executivo no ordenamento jurídico traz ainda incertezas associadas a qualquer empreendimento, o que acarreta aumento de riscos e do custo de oportunidade das operações contratuais em geral.

Perda de eficácia

Pela proposição, a MP perderá a eficácia se não for convertida em lei no prazo improrrogável de 120 dias, contados da sua publicação. Na hipótese de a CCJ ter declarado sua admissibilidade e o Plenário da Câmara ou do Senado, mediante recurso, decidir pela inadmissibilidade, a MP também perderá sua efi-

cácia. Nesse caso, o Congresso Nacional deverá disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes. Em período de recesso do Congresso, esses prazos ficam suspensos.

Entre as vedações para a edição de medidas provisórias, foram acrescentadas as matérias relativas a contratos e tributos, salvo, nesse último caso, na hipótese de redução ou extinção. Cada medida provisória terá que dispor sobre um único assunto e não poderá conter matéria estranha ao seu objeto.

Outra importante alteração é que a tramitação da MP não começará apenas pela Câmara, como atualmente. Pela PEC, ela terá a votação iniciada alternadamente nas duas Casas, sendo que a Câmara terá até 60 dias para apreciá-la e o Senado, até 45 dias. O prazo remanescente – 15 dias – é para que a Casa iniciadora aprecie eventuais emendas da Casa revisora.



Antonio Carlos esclarece que proposta de sua iniciativa visa restaurar o equilíbrio entre o Congresso Nacional e o Poder Executivo

Medida que não for aceita pode ser transformada em projeto

Pela proposta que prevê novas regras para as medidas provisórias, a sua admissibilidade deverá ser analisada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Casa onde se iniciar a discussão, no prazo de cinco dias úteis, contados da publicação.

Da decisão caberá recurso, sem efeito suspensivo, ao Plenário da respectiva Casa, desde que assinado por um terço dos seus membros. O Plenário terá cinco dias úteis para apreciar o recurso, que constará da ordem do dia, com prioridade sobre os demais

itens nesse período, sendo considerado desprovido se não for votado nesse prazo.

Se a comissão não se manifestar sobre a MP nos cinco dias, a decisão sobre a admissibilidade transfere-se para o Plenário da respectiva Casa, que terá outros cinco dias para se manifestar. Após esse prazo, sem decisão do Plenário, a medida provisória é considerada inadmitida. Nessa hipótese, cabe ao Congresso disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas decorrentes do tempo em que a medida pro-

visória ficou em vigor.

Caso o Congresso Nacional esteja em recesso durante a publicação da MP, caberá à comissão representativa escolhida para responder pela instituição nesse período apreciar a admissibilidade da matéria, mantido o direito ao recurso.

Sendo reconhecida a inadmissibilidade, a medida provisória será transformada em projeto de lei em regime de urgência solicitada pelo presidente da República, com tramitação iniciada na Casa em que estiver.

Em reunião administrativa, a comissão examinará requerimento do senador Geraldo Mesquita Júnior que solicita depoimento do ministro da Fazenda

CPI dos Bingos pode votar hoje convocação de Palocci

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos faz reunião administrativa hoje. Na pauta, a votação de requerimentos, entre eles o que convoca para depor o ministro da Fazenda, Antonio Palocci.

Até o último dia 10 o ministro não havia confirmado seu depoimento na condição de convidado, conforme acertado com o presidente da CPI, senador Efraim Morais (PFL-PB).

Diante da recusa de Palocci ao convite, o presidente da comissão decidiu prolongar o prazo até hoje, a fim de permitir que o ministro da Fazenda compareça espontaneamente, hipótese considerada remota pela maioria dos membros da CPI.

Mesmo que o requerimento de convocação de Palocci – de autoria do senador Geraldo Mesquita Júnior (sem partido-AC) – seja aprovado, o ministro da Fazenda só comparecerá para depor no próximo ano.

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), afirmou ontem em entrevista que acredita na aprovação do requerimento pela comissão, chegando a arriscar um prognóstico: oito votos a favor da convocação e sete con-



Membros da comissão não acreditam que o ministro compareça espontaneamente

tra, já contando com os votos de Efraim e do representante do PDT na comissão.

José Agripino disse acreditar que somente o comparecimento de Antonio Palocci poderá esclarecer os motivos de o ministro não pretender depor na comissão.

Entretanto, a situação pode sofrer alterações, já que o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) avisou que vai discutir com o presidente da comissão parlamentar de inquérito uma fórmula que possa garantir a convocação de Antonio Palocci sem que haja desmoralização da CPI ou do ministro.

De acordo com informação

da secretaria da CPI, não estão previstos novos depoimentos para esta semana.

Recesso parlamentar

Na avaliação do senador José Agripino, a CPI dos Correios, a CPI dos Bingos e o Conselho de Ética da Câmara dos Deputados devem continuar os trabalhos normalmente durante o recesso parlamentar.

Essa é também a opinião de Antonio Carlos Magalhães. Para o senador baiano, o Congresso Nacional não pode parar. Ele garantiu que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da qual é presidente, não vai interromper os trabalhos durante o recesso.

Sub-relatoria investiga instituições financeiras

O deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), sub-relator de Fundos de Pensão da CPI dos Correios, afirmou que a comissão suspeita que cerca de 200 instituições financeiras internacionais estejam envolvidas nas operações com os fundos investigados, mas há mais indícios sobre 50 delas.

– Não se pode dizer que todas essas instituições tenham aco-

bertado irregularidades deliberadamente. Muitas vezes, elas são simplesmente usadas por brasileiros para mascarar crimes – alertou ACM Neto.

Devido a essa necessidade de cautela, o deputado optou por não divulgar nomes. Ele informou apenas que, na lista de beneficiários que a comissão levantou durante o trabalho no último fim de semana, há uma

empresa que também aparece na lista do publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza, suposto operador do mensalão.

O deputado adiantou que será divulgado nesta semana um perfil estatístico desses beneficiários. Ainda nesta semana, a sub-relatoria pretende colher o depoimento dos diretores da Prece/Sedal (da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – RJ).

Voto de pesar pelo falecimento do deputado Ricardo Fiúza

O Senado suspendeu a sessão não-deliberativa de ontem em homenagem ao deputado Ricardo Fiúza (PP-PE), que faleceu durante a tarde em razão de um câncer no pâncreas. Foi aprovado voto de pesar requerido pelos senadores José Jorge (PFL-PE), José Agripino (PFL-RN), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Heráclito Fortes (PFL-PI) e

Patrícia Saboya (PSB-CE).

José Agripino lamentou o falecimento do deputado, dizendo que ele era um homem com grande amor por Pernambuco e que sua morte representará uma perda para o estado. Heráclito Fortes lembrou que Fiúza era “um trator para trabalhar”, muito dedicado à defesa do Nordeste.

Ricardo Fiúza tinha 66 anos.

Elegeu-se deputado pela primeira vez em 1970, tendo exercido vários mandatos. Foi filiado à Arena, ao PDS, ao PFL e ao PP. Foi ministro da Ação Social e da Casa Civil durante o governo Fernando Collor. Em 1993, teve seu nome envolvido no escândalo dos “anões do orçamento”, e foi absolvido pela Câmara dos Deputados.

José Jorge rebate declaração de Lula sobre “golpismo”

O senador José Jorge (PFL-PE) rebateu declaração do presidente Lula de que no Brasil a oposição faz “golpismo”.

– Não quero parecer grosseiro, mas quando alguém fala coisas sem sentido cabe usar uma frase popular que diz: “Fulano até parece que bebe” – afirmou.

José Jorge lembrou que a crise política foi gerada por aliados e integrantes do PT, como Roberto Jefferson, Delúbio Soares e José Dirceu. Ele ressaltou que a oposição nem sequer teve tempo para exercer o seu papel de crítica do governo e que, se não fosse democrática e cautelosa, o governo Lula já estaria enfrentando um processo de *impeachment*.



Para José Jorge, aliados do governo e integrantes do PT produziram a crise

O senador revelou que a Consultoria de Orçamento do Congresso apurou que a arrecadação federal deverá ultrapassar em R\$ 15,6 bilhões o valor aprovado pelo Legislativo.

– Como só temos o mês de dezembro para consertar as estradas esburacadas, construir hospitais públicos, investir em educação básica, fica claro que este governo não sabe usar recursos nem quando os tem de sobra – concluiu.

Heráclito: governo quer desgastar a oposição

Heráclito Fortes (PFL-PI) considerou que o presidente Lula cometeu uma indelicadeza ao tratar de temas internos em território estrangeiro, quando chamou a oposição de golpista na reunião do Mercosul, no Uruguai. O senador acusou o governo de usar a tática de desgastar a oposição. Para Heráclito, é preciso que o presidente dê declarações mais maduras.

– Nunca vi uma oposição tão ajuizada – afirmou o senador, ao observar que talvez o governo acuse a oposição por esta não querer derrubar o ministro da



Heráclito Fortes critica Lula por ter chamado oposição de golpista

Fazenda, Antonio Palocci.

Segundo Heráclito, o governo reclama da crise, mas a origem desta está no próprio governo. Como prova da afirmação, o senador lembrou que a denúncia sobre o negócio das camisetas da empresa do vice-presidente José Alencar foi feita por quem conhece a contabilidade do PT.

Mesquita Júnior diz que será vítima de novas denúncias

Geraldo Mesquita Júnior (sem partido-AC) disse em Plenário, ontem, ter evidências de que novas denúncias contra ele estão para ser divulgadas. O senador lembrou que vem sendo alvo de acusações, que motivaram a abertura de representação contra ele no Conselho de Ética. Antecipando que vai provar sua inocência e integridade, ele repudiou os ataques e disse que a verdade prevalecerá.

– Como não há limites para o emprego da calúnia, da difamação e de injúrias, peço que estejam prevenidos, pois não sei em que medida o recesso parlamentar vai servir para impedir-me de qualquer reação – assinalou.



Mesquita Júnior também critica sistema tarifário anunciado pela Anatel

Em seu pronunciamento, Mesquita Júnior também lamentou o anúncio, pela Anatel, do novo sistema tarifário que entrará em vigor a partir de março de 2006. Ele disse que, apesar de a substituição da cobrança de pulsos por minutos representar uma redução entre 35% e 65% nas ligações de um a três minutos, todas as que ultrapassarem esse período sofrerão um acréscimo de até 161%.

CMO tenta votar pedidos de crédito orçamentário

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) pode votar hoje projetos de créditos ao Orçamento que estão em pauta desde a semana passada. Por falta de acordo partidário e ameaça de obstrução dos trabalhos do colegiado, por duas vezes foi adiado o exame dos pedidos de crédito. Com isso, ministérios e órgãos permanecem na expectativa de autorização do Congresso para novos gastos ainda este ano.

Na última quinta-feira, esperava-se a votação de 16 projetos. Acordo partidário com esse objetivo havia sido concluído na véspera, incluindo crédito no valor de R\$ 7,13 bilhões para os ministérios do Trabalho e da Previdência Social. Após a abertura da reunião, constatou-se que o acordo não produziu resultados. O deputado José Carlos Machado (PFL-SE) ameaçou pedir verificação de quórum, disposto a derrubar a reunião em protesto pela não efetivação de empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a favor de seu estado.

O protesto do deputado sergipano é uma questão a mais a dificultar os trabalhos da CMO, num conjunto de problemas que também põem em risco a tramitação da proposta do Orçamento para 2006. Com atraso, o relatório do Comitê de Receitas – que amplia em R\$ 9,9 bilhões líquidos a previsão original de tributos constante da proposta do Executivo – deve ser apreciado hoje.

Ajustes

O relatório de receita é a peça que assegura os recursos para que os dez relatores setoriais possam atender despesas não previstas ou orçadas com valores insuficientes pelo governo. Os relatórios setoriais deveriam ter sido votados na semana passada, para permitir que o relator-geral do Orçamento, deputado Carlito Meres (PT-SC), pudesse consolidar sua proposta no prazo previsto. A votação seria hoje na CMO e, na quinta-feira, em sessão conjunta do Congresso.

O calendário está apertado, mas o deputado garante que ainda há tempo para que o relatório-geral seja votado antes do Natal. O que pode atrapalhar é o jogo político entre oposição e governo em torno da peça orçamentária para 2006. Ao Executivo interessa acelerar a tramitação e entrar o ano novo em condições de agilizar o repasse de recursos orçamentários aos estados e municípios até junho.

Definição sairá de reunião entre as lideranças e os presidentes do Senado, da Câmara, das CPIs e do Conselho de Ética

Líderes decidem funcionamento do Congresso

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que sairá hoje a decisão sobre o recesso ou a convocação do Congresso Nacional neste fim de ano. Em entrevista coletiva concedida ontem, em São Paulo, ele informou que a decisão será tomada em reunião com o presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, os líderes partidários, os presidentes das CPIs e do Conselho de Ética da Câmara.

Renan reafirmou a política de tomar a decisão em conjunto com os líderes, mas frisou que, em sua opinião, se for necessário votar o Orçamento, o Congresso deve se autoconvocar. Disse que



Se necessário, diz Renan, pode haver autoconvocação para votar Orçamento

o Orçamento deve ser resguardado da disputa política, pois dele dependem os investimentos, o

salário mínimo e a sinalização sobre gastos públicos.

O presidente do Senado falou também sobre a hipótese de o governo utilizar o recesso parlamentar para “desaquecer” a crise, uma vez que as CPIs teriam seus trabalhos interrompidos por um mês. Ele ressaltou que uma autoconvocação não teria um custo alto.

– O pior seria pagar o preço político de passar à população a idéia de que o recesso teria o objetivo de paralisar as investigações – observou.

Além de discutir o funcionamento do Congresso, a reunião com os líderes deverá decidir

sobre os projetos relacionados à segurança pública que serão votados ainda este ano. Os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS) e César Borges (PFL-BA) e o deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), responsáveis pela sistematização das propostas, apresentarão levantamento dos projetos que podem começar a ser examinados imediatamente no Senado e na Câmara.

Renan marcou para amanhã sessão do Congresso para examinar vetos presidenciais e créditos orçamentários, atendendo a apelo do governo para que o Orçamento Geral da União seja aprovado até quinta-feira.

Renan defende ampla reforma do sistema político e eleitoral

Durante o 31º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, o presidente do Senado, Renan Calheiros, voltou a defender uma profunda reforma no sistema político e eleitoral, que fortaleça os partidos e permita um processo mais ético e transparente, garantindo estabilidade das instituições democrática. Ele apontou como ameaças à democracia a fragilidade dos partidos políticos e a contaminação das campanhas eleitorais pelo abuso do poder econômico. Ao mesmo tempo, criticou o instituto da verticalização.

Também prestigiaram o encontro, realizado na sexta-feira em Maceió, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), o vice-presidente da Câmara, deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL), e o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Carlos Velloso.

Na opinião de Renan, a debilidade programática dos partidos,

as distorções nas coligações, a dificuldade de fiscalização das contas de campanha pela Justiça Eleitoral e a liberalidade dos parlamentares na troca de partidos têm dado margem a uma relação promíscua entre empresários, partidos e poder público. Outro ponto destacado foi a utilização de técnicas de comunicação que colocam a imagem individual do candidato acima do programa, do debate e da ideologia.

– A democracia perde quando os partidos declinam – disse.

Reconhecendo a dificuldade na tramitação de uma reforma política em que os parlamentares discutam mudanças no sistema pelo qual foram eleitos, Renan comprometeu-se a tirar do papel uma reforma política possível.

– Sem isso, em breve teremos de mobilizar o Parlamento para novas CPIs, que irão tratar dos mesmos problemas que hoje contaminam as eleições – alertou.

Para Simon, Senado e Câmara devem trabalhar em janeiro

Às vésperas da definição sobre o início do recesso parlamentar, Pedro Simon (PMDB-RS) fez um apelo aos líderes no Congresso no sentido de não decidirem pelo encerramento dos trabalhos antes da votação do Orçamento de 2006 e da conclusão das investigações das CPIs. O parlamentar sugeriu breve interrupção nas atividades entre o Natal e o Ano-Novo e uma convocação extraordinária em janeiro, sem pagamento de ajuda de custo.

Para Simon, soaria mal perante

a opinião pública interromper as CPIs, que começam a apresentar resultados. Quanto ao Orçamento, afirmou tratar-se de uma das matérias mais significativas do Congresso, sendo sua obrigação, portanto, votá-lo.

Convalescente de uma cirurgia na coluna, Simon antecipou sua volta ao Senado – ele ainda está de licença médica – não só para defender o adiamento do recesso parlamentar. O peemedebista sustentou sua convicção de que não há qualquer segmento da so-



Heloísa sugere que candidato não filiado a partido possa concorrer ao Parlamento

Heloísa quer o Estado mais perto da vontade popular

Heloísa Helena (PSOL-AL) disse que não existe o debate da reforma política, mas sim o debate da reforma eleitoral, “que nasce da farsa de que não há uma legislação que impeça os escândalos de corrupção, que há um vazio legal”. Durante evento em Maceió que reuniu presidentes dos tribunais regionais eleitorais,

a senadora defendeu uma reforma política que aumente a permeabilidade do Estado à vontade popular, permitindo a adoção da chamada lista cívica, em que um percentual de candidatos não filiados a partidos políticos possam concorrer às vagas no Parlamento. Ela também quer a realização de referendos e plebiscitos para consultar a população sobre a remoção de direitos garantidos pela Constituição.

No mesmo evento, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Carlos Velloso, elogiou o presidente do Senado, Renan Calheiros, por ter dado agilidade ao trâmite da reforma política e manifestou sua confiança no Congresso.

Para Velloso, o crime eleitoral deveria ter punição adequada, mas ele não acredita que o financiamento público de campanha acabe com o caixa dois.

– No México, onde o financiamento é público, há o caixa dois. O financiamento público pode reduzir, mas não elimina o problema – observou.



Simon avalia que soaria mal perante a opinião pública a interrupção das CPIs

Documento que será votado hoje pela Comissão Especial de Regulamentação da Reforma do Judiciário sugere várias medidas para garantir rapidez ao trabalho da Justiça no país

Relatório propõe restrição a casos de recurso ao Supremo



A Comissão Mista Especial para Regulamentação da Reforma do Judiciário deverá votar hoje, a partir das 11h, relatório final do senador José Jorge (PFL-PE). Presidida pelo deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), a comissão foi criada pela própria emenda da reforma, promulgada em dezembro de 2004, e também se dedicou a analisar matérias que tratam de mudança processual.

O relatório propõe cinco projetos de lei para regulamentar

a reforma do Judiciário e requerimentos de urgência para a tramitação de outros 15 projetos (dez na Câmara e cinco no Senado) que mudam os Códigos de Processo Penal e Civil. O texto sugere ainda a criação de duas subcomissões temporárias no âmbito das Comissões de Constituição e Justiça das duas Casas, destinadas a examinar as propostas relativas à reforma processual.

– Cumpre-se a segunda etapa da reforma do Poder Judiciário com a regulamentação e os pedidos de urgência dos projetos de alteração dos códigos. Agora

vem a terceira etapa, que é a aprovação de tudo isso – esclareceu José Jorge.

Os projetos que serão apresentados pela comissão regulamentam a repercussão geral do recurso extraordinário, restringindo as possibilidades de recurso ao Supremo Tribunal Federal; a edição, revisão e cancelamento de súmulas vinculantes; os pedidos de federalização de crimes contra os direitos humanos; o Fundo Garantidor das Execuções Trabalhistas e a competência da Justiça do Trabalho, que foi ampliada com a reforma.

Projeto amplia acesso ao dinheiro de depósitos judiciais pelos estados

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve apreciar hoje, às 10h, projeto que amplia para 70% o limite de uso, pelos estados e Distrito Federal (DF), dos recursos oriundos de depósitos judiciais e extrajudiciais referentes a ações de cobrança de tributos, quando o processo ainda não houver transitado em julgado. A proposta possibilita que esses entes escolham, por licitação, instituição pública ou privada para o recolhimento dos depósitos.

Atualmente, os estados e o DF têm acesso a 50% dos recursos, enquanto os municípios podem levantar 70% e a União, a totalidade dos depósitos. Com parecer favorável do relator, Rodolpho Tourinho (PFL-BA), o PLC 73/05 já teve seu exame adiado por duas semanas, a pedido do líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP). Ele mostrou temor com relação ao impacto, para o Banco do Brasil, da abertura para a seleção da instituição recolhadora. O banco é grande depositário de recursos judiciais.

Na mesma reunião, a CAE pode examinar parecer do presidente do colegiado, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), sobre análise de aditivo contratual feito pela ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy relativo ao programa Reluz. Para o senador, há indícios de irregularidade no procedimento.

Por isso, ele recomenda o envio das informações ao Ministério Público de São Paulo para as investigações cabíveis.

Novo convite

O parecer seria votado na semana passada, mas o exame foi adiado para que a ex-prefeita tenha nova oportunidade de esclarecer o procedimento na CAE, conforme pedido apresentado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Marta recusou um primeiro convite, preferindo enviar informações por carta, assinada por advogados. Sua presença hoje na comissão ainda não está confirmada.

O contrato do Reluz envolve a aplicação de recursos da Eletrobrás para reforma de sistemas municipais de iluminação pública. Com o aditivo, a ex-prefeita teria ferido a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) ao extrapolar os limites de endividamento da capital paulista. Infrações à LRF, além de sujeitar os dirigentes a responder a ação por crime de responsabilidade, podem condenar estados e municípios a ficarem sem acesso a novos empréstimos até que a irregularidade seja sanada.

Entre as 22 matérias na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos está a mensagem do presidente da República indicando o nome do economista Paulo Furquim de Azevedo para compor o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Jonas elogia a atuação de Márcio Fortes

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) enalteceu, da tribuna, a atuação do ministro das Cidades, Márcio Fortes. Segundo o parlamentar, Márcio Fortes é um profissional com larga experiência na vida pública e grande capacidade de trabalho, que se dedica com afinco às suas atividades.

– Tive a oportunidade de conviver com o Márcio quando ele ocupou o cargo de secretário-geral do Ministério da Agricultura, ao lado do competente ministro Pratini de Moraes, onde, ocasionalmente, respondia pelo cargo de titular daquela pasta – disse Jonas Pinheiro.

Na ocasião, segundo o senador, Márcio Fortes desenvolveu um notável trabalho de reformulação daquele ministério ao imprimir à pasta dinamismo que acabou refletindo positivamente na agropecuária brasileira.



Jonas ressalta a experiência e dedicação do ministro das Cidades

Iris de Araújo critica política de investimentos

Ao comentar a média de investimentos públicos do governo Lula, R\$ 11,6 bilhões por ano, a senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) afirmou ontem que o governo tem até agora a “pior média de investimentos desde as administrações militares”.

Segundo a parlamentar, a média dos governos João Baptista Figueiredo e Fernando Henrique Cardoso foram de, respectivamente, R\$ 12,5 bilhões e R\$ 17,5 bilhões anuais. Ela afirmou que a “frágil capacidade” de investimento e as altas taxas de juros podem explicar a queda de 1,2% do



Para Iris de Araújo, liberação de R\$ 2,8 bi reflete falta de planejamento do governo

produto interno bruto (PIB). Para Iris, o fato de o presidente Lula ter liberado R\$ 2,8 bilhões para estados e emendas parlamentares reflete “uma colossal falta de planejamento”. Ela citou as rodovias brasileiras, o saneamento básico e a rede ferroviária como setores que necessitam de investimentos governamentais urgentes.

Luiz Otávio quer compensação para empresas

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) vai encaminhar requerimento à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para que o colegiado tome a iniciativa de apresentar projeto de resolução do Senado (PRS) determinando a suspensão parcial da Lei 9.718/98, que definiu nova base de cálculo para o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

A medida deve incorporar à legislação em vigor decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a inconstitucionalidade do



Luiz Otávio pede suspensão parcial da lei que definiu base de cálculo para o PIS

parágrafo 1º do artigo 3º dessa lei, que normatiza a incidência desses tributos sobre o faturamento (receita bruta) das empresas.

– Esse projeto de resolução do Senado vai permitir que todas as empresas que pagaram a mais PIS e Cofins entre 1999 e 2004 possam ser compensadas – assinalou.



Agaciel (C) e Florian (E) recebem condecoração do professor Wremyr Scliar

Tribunal gaúcho homenageia ILB por sistema de fiscalização de gastos públicos

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) recebeu ontem do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul (TCE-RS) a condecoração Carga Farrapa – réplica de quadro pintado pelo ex-senador gaúcho Guido Mondim – em reconhecimento pelos serviços prestados pelo ILB ao Sistema de

Fiscalização dos Gastos Públicos. A condecoração foi entregue por Wremyr Scliar, diretor da Escola de Contas Francisco Jurvena do TCE-RS, ao diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, e ao diretor do ILB, Florian Madruga. A pintura original, a óleo, está na sede do TCE-RS, em Porto Alegre.



Para Mão Santa, Ministério da Pesca deve prorrogar prazo final de recadastramento

Mão Santa apóia reivindicação de pescadores

Mão Santa (PMDB-PI) criticou o Ministério da Pesca, que, de acordo com o parlamentar, definiu período muito curto para o recadastramento dos pescadores do Piauí. Os pescadores pedem, segundo o senador, prorrogação do prazo, a encerrar-se em 31 de dezembro. Mão Santa informou que há 32 colônias de pesca no estado, reunindo mais de 5 mil trabalhadores.

O senador registrou os 115 anos – comemorados ontem – da elevação de Picos (PI) à categoria de cidade, hoje com cerca de 70 mil habitantes.

Heráclito Fortes (PFL-PI) disse que há uma emenda ao Orçamento de 2006 destinando recursos para a recuperação do rio Guariba, que corta o município.

Patrícia Saboya homenageia embaixador

Patrícia Saboya (PSB-CE) homenageou o embaixador do Brasil em Portugal, Antônio Paes de Andrade, pela realização de conferência na Universidade Nova de Lisboa. A senadora solicitou a inclusão nos Anais do Senado do pronunciamento feito pelo diplomata em 30 de novembro, durante a aula magna do curso de Ciências Políticas e Relações Internacionais da universidade portuguesa.

O embaixador brasileiro, ressaltou Patrícia Saboya, além de discorrer sobre as relações entre Brasil e Portugal e suas perspectivas e desafios, defendeu a construção de um acordo entre o Mercosul e a União Europeia.

Segundo denúncias veiculadas pela imprensa, moradores estariam sendo pagos por uma ONG para se deixarem picar por mosquitos transmissores de malária

Cristovam quer investigação sobre uso de cobaias humanas no Amapá

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) solicitou ao Ministério Público Federal que investigue a denúncia de uso de cobaias humanas no Amapá. Notícias veiculadas nos últimos dias informam que moradores de uma comunidade localizada no município de Santana teriam sido utilizados como iscas para atrair mosquitos transmissores de malária. Segundo o jornal *Correio Brasileiro*, o contrato assinado com essas pessoas previa o pagamento de R\$ 12 por seis horas e meia de trabalho, nas

quais cada pessoa deveria “alimentar cem mosquitos no seu braço ou perna para estudos de marcação-recaptura”. Uma das suspeitas é que esses experimentos teriam sido conduzidos por uma organização não-governamental (ONG) financiada por uma universidade norte-americana.

Cristovam, que é presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado, pretende convidar os ministros da Saúde, Saraiva Felipe, e da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, para

que prestem esclarecimentos sobre a questão.

– Pretendo convidá-los para que eles digam se essas pesquisas são legais e se respeitam critérios éticos – declarou o senador.

No caso do Ministério da Saúde, Cristovam ressaltou que é preciso saber se o projeto foi autorizado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) daquele órgão. Ele disse ainda que é preciso saber se estão ocorrendo casos como esse em outros estados do país.



Presentes à audiência na Comissão de Direitos Humanos, índios reivindicam demarcação de terras no município de Lagoa da Confusão (TO)

Paim promete lutar por terras para índios krahôs/kanelas

Ao encerrar audiência sobre os conflitos envolvendo terras dos índios krahôs/kanelas na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), o senador Paulo Paim (PT-RS) prometeu lutar para garantir a essa comunidade indígena “terra onde eles possam viver e plantar”. Para isso, Paim marcou reunião para hoje com o presidente em exercício da Funai, Roberto Aurélio Lustosa.

Além de representantes dos krahôs/kanelas, do Ministério Público e do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), informou o senador, também participará da reunião, marcada para as 14h, o presidente da CDH, senador Cristovam Buarque (PDT-DF). Paim disse que, se necessário, a comissão irá até o local do conflito, no município de Lagoa da Confusão (TO).

– Quero que vocês [os krahôs/kanelas] tenham soluções; que não

seja apenas mais um debate político – declarou o parlamentar, que é vice-presidente da CDH.

Paulo Paim ressaltou que a comunidade indígena no Brasil sofre com a falta de programas governamentais de assistência, principalmente na área de saúde e educação. Ele informou que levará à presidência da Funai os relatos de violência e das condições em que tem vivido a comunidade krahô/kanela, que, conforme determina a lei, deveria contar com a assistência da Funai.

Na audiência, a representante do Cimi, Laudovina Aparecida Pereira, falou das condições em que as 86 pessoas do grupo krahô/kanela vivem na Casa do Índio, no município de Gurupi (TO).

– Essa Casa do Índio tem apenas dois sanitários para mais de 80 pessoas. Ratos e baratas dominam o

ambiente e sinalizam as condições de higiene e a falta de assistência da Funai – enfatizou.

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) afirmou ser necessário tomar providências, uma vez que os relatos da representante do Cimi comprovam que os direitos humanos estão sendo feridos. A senadora disse lamentar que o presidente da Funai não tenha comparecido à audiência por estar em viagem a Genebra para tratar de questões indígenas.

O cacique Mariano Krahô-Kanela relatou as dificuldades que o grupo tem encontrado na luta pela demarcação das terras.

Por sua vez, o advogado do Cimi, Paulo Machado Guimarães, afirmou que a Funai está há mais de 20 anos sem tomar uma decisão sobre a demarcação ou a necessidade de criar uma reserva para os krahôs/kanelas.

Benefícios para idosos, crianças e deficientes

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) reúne-se amanhã para examinar 14 projetos, entre eles benefícios para idosos, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes.

A comissão votará, por exemplo, projeto (PLC 51/04) que altera dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), estimulando doações aos fundos de assistência aos direitos dos menores. A proposta modifica a sistemática que permite aos contribuintes deduzir do Imposto de Renda as doações para os fundos nacional, estaduais e municipais em favor das crianças e dos adolescentes.

O projeto, oriundo da Câmara, já foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e, se aprovado na CDH, segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Para beneficiar idosos, a CDH vota, em turno suplementar, substitutivo ao Projeto de Lei 287/99, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei 569/99, que dispõe sobre desconto no valor de passagens aéreas domésticas para a terceira idade. O substitutivo, de Sérgio Cabral (PMDB-RJ), institui desconto mínimo de 50% do valor da tarifa normal para idosos acima de 65 anos de idade com renda mensal de até dez salários mínimos.

A CDH deverá votar ainda o Projeto de Lei 209/04, de Sérgio Zambiasi (PTB-RS), que obriga a identificação em braille das teclas de telefones fabricados e vendidos no país.

Em substitutivo à proposta, Paulo Paim (PT-RS) incluiu todos os teclados de terminais telefônicos fixos e móveis do país, mas limitou ao dígito cinco a identificação tátil obrigatória. Paim argumenta que, como a disposição dos números é padronizada, a identificação do número cinco permite que os telefones sejam facilmente usados por deficientes visuais, sem causar transtornos aos fabricantes.

Paim menciona pesquisa realizada pelo Senado que detectou importância da criação de legislação específica para a proteção da mulher na sociedade brasileira

Paulo Paim pede tramitação rápida do Estatuto da Mulher

Pesquisa realizada pelo Senado sobre violência doméstica contra mulheres constatou que 95% das entrevistadas consideraram muito importante a criação de legislação específica para a proteção da mulher na sociedade brasileira. Diante dos resultados da pesquisa, o senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu uma rápida tramitação do Estatuto da Mulher (PLC 1.399/03), atualmente sob análise da Câmara.

O Estatuto da Mulher estabelece, entre outras medidas, que o Sistema Único de Saúde (SUS) garanta periodicamente exames de prevenção do câncer de mama, do colo e de útero, da hipertensão e programas de acompanhamento de pré-natal e perinatal, além da distribuição de medicamentos e dispositivos contraceptivos. Também institui atendimento prioritário à mulher chefe de família, à mãe solteira, à mulher soropositiva, às portadoras de necessidades especiais e àquelas que comprovarem inca-



Paim ressalta garantias do estatuto, como os exames de prevenção do câncer

pacidade de manter seu próprio sustento.

Paim destacou ainda a realização de uma mobilização, encerrada no último sábado, pelo fim da violência contra as mulheres. Segundo o parlamentar, o relatório final da pesquisa feita pelo Senado, divulgado em março deste ano, apontou que 33% das entrevistadas afirmaram que a violência sexual é a forma mais grave de violência doméstica. Entre as mulheres

agredidas, 71% delas disseram ter sido agredidas mais de uma vez. Metade o foram por quatro vezes ou mais.

– Não é natural que um ser humano subjugue o outro, imprimindo em sua convivência diária prática primitiva e inconcebível – sustentou Paim.

Em aparte, Iris de Araújo (PMDB-GO) lamentou que as mulheres, embora representem 54% do eleitorado brasileiro, não consigam participação mais ativa nas decisões políticas do país.

Paulo Paim também defendeu a aprovação do PLS 126/05, de sua autoria, que institui o Programa Nacional de Estímulo ao Emprego de Trabalhadores Experientes (Pnete). O objetivo do projeto é facilitar o acesso ao mercado de trabalho das pessoas com mais de 45 anos em situação de desemprego involuntário há mais de seis meses. O PLS encontra-se na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), pronto para ser votado.

Projeto de Marcelo Crivella diminui burocracia no processo de adoção

O senador Marcelo Crivella (PMR-RJ) apresentou proposta que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, criado com a aprovação da Lei 8.069/90, para facilitar o processo de adoção. O projeto (PLS 401/05) pretende diminuir os trâmites burocráticos para a adoção quando houver concordância dos pais ou de quem detém o pátrio poder, e ainda quando ficar comprovado abandono ou negligência em relação à criança.

O acréscimo de dois parágrafos ao artigo 45 do estatuto estabelece que o juiz decidirá a adoção, na presença de um representante do Ministério Público, quando

comparecerem pessoalmente à audiência a criança de mais de um ano ou o adolescente, os adotantes e os que detêm o poder familiar. O juiz também poderá colher manifestações de especialistas – como assistentes sociais, médicos e psicólogos, além de testemunhas, se for o caso – e dispensar a exigência de convivência entre o adotando e o adotante.

Em sua justificativa, Crivella diz que “a medida prestigia a dinâmica do processo, pois dá ao juiz a oportunidade de avaliar semblantes e comportamentos de todos os interessados, em audiência, sob o crivo do Ministério



Proposta de Crivella altera o Estatuto da Criança para facilitar a adoção

Público e de especialistas na matéria, e se constitui em defesa dos interesses dos menores passíveis de serem adotados, para que se realize prestação jurisdicional célere e de grande valor social”.

A proposta tem decisão terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde tramita, aguardando a apresentação de emendas.

Começou ontem e vai até hoje, no auditório do Interlegis, o 1º Seminário Nacional Gestão Pública na Velocidade das Mudanças, que tem por objetivo discutir com o governo a adequação do sistema educacional às mudanças ocorridas na sociedade. Entre os temas

em discussão estão as formas de lidar com autistas, surdos e alunos com outras necessidades especiais. O encontro também aborda o uso de sistemas de informação e inovações tecnológicas e o cooperativismo na educação.

Segundo a coordenadora do

Sibá visita obras da ponte binacional Brasil-Peru

Sibá Machado (PT-AC) relatou, da tribuna, visita que fez a alguns municípios do Acre e à fronteira daquele estado com o Peru, onde pôde observar as obras da ponte binacional Brasil-Peru, que em breve deverá ser inaugurada. A ponte, que está sendo erguida sobre o rio Acre, permitirá o acesso do Brasil ao Pacífico por meio de uma rodovia que corta o país vizinho.

– A ponte resulta de esforço conjunto dos governos do Brasil e do Peru – afirmou Sibá, salientando a importância da ligação internacional para a economia da Amazônia e de todo o país.

O senador solicitou ainda ao governo federal a instalação de superintendências regionais da Caixa Econômica Federal e da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), além de uma unidade do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) no Acre.

Sibá também cumprimentou a Justiça do Pará pela agilidade



Sibá salienta importância da ligação internacional para a economia do país

no julgamento dos assassinos da missionária Dorothy Lang: o pistoleiro Rayfran Neves Sales, conhecido como Fogoió, que foi condenado a 27 anos de prisão, e de seu companheiro, Clodoaldo Baptista, que recebeu pena de 17 anos de reclusão. O crime ocorreu em fevereiro, em Anapu (PA).

– Eu não acreditava na celeridade do julgamento. Quero pedir desculpas por ter manifestado essa impressão – disse o parlamentar.

Finalizando, Sibá agradeceu o título de cidadão acreano conferido a ele pela Assembleia Legislativa do Acre. O senador Sibá Machado, que representa o estado do Acre no Senado, é natural do Piauí.

Zambiasi: população não tem como pagar transporte urbano

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) sustentou da tribuna que os altos preços das passagens de ônibus urbanos no Brasil estão transformando esse serviço público em “um artigo de luxo” para as pessoas mais pobres e um novo fator de exclusão social. O senador pediu ao governo que se manifeste sobre as propostas feitas em agosto por prefeitos para reduzir os preços das passagens, entre elas corte nos impostos sobre o óleo diesel e encargos sociais das companhias de ônibus.

Ao pedir rapidez do governo, Zambiasi lembrou as recentes manifestações populares lideradas por estudantes contra os reajustes de preços de tarifas de ônibus em Salvador, Florianópolis e Recife. Ele informou que as sugestões dos prefeitos ao presidente Lula e ao ministro das Cidades, Márcio Fortes, permitiriam diminuição de pelo menos 15% nos preços



Corte nos impostos reduziria o preço das passagens de ônibus, observa Zambiasi

das passagens. A redução pela metade do valor dos impostos cobrado sobre o óleo diesel dos ônibus provocaria queda de 10% no preço da passagem, enquanto a diminuição de apenas 2,5% nos encargos sociais (INSS) permitiriam redução de outros 5% nas tarifas de transportes.

Zambiasi sustentou que pelo menos 37 milhões de brasileiros não têm hoje condições de pagar transporte público e essa situação continuará a provocar “conflitos e revoltas” no país.

– A redução das tarifas irá recompor a renda e melhorar a qualidade de vida do povo – frisou o senador.

Seminário qualifica educadores para lidar com mudanças

evento, professora Maria Darcy Colares Siqueira, a idéia é aproveitar a oportunidade para “pensar a educação dentro da perspectiva do cooperativismo”.

Hoje, os senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG) proferem

palestras no seminário, que é promovido pela Cooperativa Nacional de Projetos Educacionais e Desenvolvimento Profissional (Cned), em parceria com o Instituto de Planejamento da Gestão Governamental (Iplan) e com o Senado.